



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO LETRAS E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - HABILITAÇÃO EM ESPANHOL**

SYOMARA SÉPHORA DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DO ALUNO DE LETRAS
ESPANHOL: A DISTÂNCIA ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA**

CAMPINA GRANDE - PB

2023

SYOMARA SÉPHORA DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DO ALUNO DE LETRAS
ESPAÑHOL: A DISTÂNCIA ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação de Letras Espanhol, do Departamento de Letras e Artes, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduação em Letras.

Área de concentração: Linguística Aplicada;
Estágio Supervisionado.

Orientador: Prof. Me. Alessandro Giordano

CAMPINA GRANDE - PB

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586i Silva, Syomara Sephora da.
A importância do estágio na formação do aluno de letras espanhol [manuscrito] : a distância entre a teoria e a prática / Syomara Sephora da Silva. - 2023.
19 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Espanhol) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.
"Orientação : Prof. Me. Alessandro Giordano, Coordenação do Curso de Letras - CEDUC. "
1. Estágio supervisionado. 2. Formação de professores. 3. Língua espanhola. I. Título

21. ed. CDD 371.225

SYOMARA SÉPHORA DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA E AS DIFICULDADES DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DO
ALUNO DE LETRAS ESPANHOL: A DISTÂNCIA ENTRE TEORIA E A PRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação de Letras Espanhol, do Departamento de Letras e Artes, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduação em Letras Espanhol.

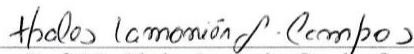
Área de concentração: Linguística Aplicada;
Estágio Supervisionado.

Aprovada em: 16/06/2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Alessandro Giordano (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Thales Lamonier Guedes Campos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Esp. Kaio César Pinheiro da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APEEPB	Associação dos Professores de Espanhol do Estado da Paraíba
CEE	Conselhos Estaduais de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	MARCO TEÓRICO	9
2.1	O ENSINO DE ESPANHOL NO BRASIL.....	9
2.2	Breve resumo da situação do Espanhol na Paraíba.....	13
2.3	Um breve percurso histórico.....	14
2.4	<i>A importância do estágio supervisionado na formação docente.....</i>	<i>16</i>
2.5	Os Estágios Supervisionados na UEPB.....	18
3	ALGUMAS DIFICULDADES AO LONGO DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS DE LETRAS ESPANHOL.....	19
3.1	A DESMOTIVAÇÃO POR PARTE DO PROFESSOR TITULAR DA DISCIPLINA... 19	
3.2	A falta de interesse dos alunos por não se tratar de sua língua materna, e por não ter contato frequentemente.....	20
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
5	REFERÊNCIAS.....	22

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DO ALUNO DE LETRAS ESPANHOL: A DISTÂNCIA ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Syomara Séphora da Silva

RESUMO

Tendo em vista que o estágio supervisionado é uma etapa vivida pelo profissional em formação, o futuro professor, terá a oportunidade de desempenhar o seu papel com mais segurança e capacidade de contribuir com o aprendizado de muitos outros alunos/estudantes. Assim, levando em consideração a importância dessa fase do preparo para tornar-se professor é fundamental para o ser humano que saiba vivenciar essa experiência durante todo esse processo de estágio. O presente estudo trata sobre o Estágio supervisionado em letras espanhol: Dificuldades e desafios encontrados como professor em formação, a fim de analisar o estágio supervisionado em letras espanhol na UEPB. Para tanto foi necessário investigar a partir das dificuldades no estágio, a relação entre a teoria e a prática relativa à formação de futuros professores e identificar os desafios vivenciados pelos professores em formação durante o processo de estágio. Realizou-se, então, uma pesquisa documental e bibliográfica das aulas ministradas no estágio supervisionado II no ensino fundamental. Diante disso, verificou-se que alguns alunos estavam desmotivados e sem ânimo para as aulas, e que teríamos que buscar novos métodos de ensino para que houvesse uma maior participação em sala de aula por parte dos educandos. Para nossa investigação revisamos algumas obras de autores como CARVALHO e LIMA (2011). GUERREIRO (2013), LIMA (2001), PIMENTA (2012), OLIVEIRA. (2019) GUIMARAES, MARTÍNEZ-CACHERO LASECA, (2008), BARROS & COSTA (2010), SANTOMÉ, (2006), GUEDES, (2010), que foram de fundamental importância na contribuição para nossas reflexões e contribuíram no entendimento sobre a importância do estágio supervisionado em Língua Espanhola. Assim sendo, esperamos esclarecer algumas principais dificuldades e desafios encontrados no momento da intervenção e buscar pontuar caminhos que sejam possíveis para um ensino eficaz e reconhecido no âmbito nacional.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Formação de professores; Língua Espanhola; Desafios.

RESUMEN

Teniendo en cuenta que la pasantía supervisada es una etapa que vive el profesional en formación, el futuro estudiante de magisterio, tendrá la oportunidad de desempeñar tu papel con más confianza y capacidad para contribuir al aprendizaje de muchos otros estudiantes/alumnos. Así, teniendo en cuenta la importancia de esta fase de preparación para convertirse en docente, es fundamental para el ser humano que sepa vivir esta experiencia a lo largo de este proceso de pasantía. El presente estudio trata sobre las pasantías supervisadas de Lengua Española: Desafíos encontrados como docente en formación, con el fin de analizar las prácticas supervisadas de Lengua Española en la UEPB. Por lo tanto, fue necesario investigar, a partir de las dificultades en la pasantía, la relación entre la teoría y la práctica en cuanto a la formación de los futuros profesores e identificar los desafíos experimentados por los profesores en formación durante el proceso de pasantía. Luego, se realizó una investigación documental y bibliográfica sobre las clases impartidas en el práctica supervisado II en la escuela primaria. Ante esto, se constató que algunos alumnos se encontraban desmotivados y sin entusiasmo por las clases, y que habría que buscar nuevos métodos de enseñanza para que hubiera una mayor participación en el aula por parte de los alumnos. Para nuestra investigación, revisamos algunos trabajos de autores como CARVALHO E LIMA (2011). GUERREIRO (2013), LIMA (2001), PIMENTA (2012), OLIVEIRA. (2019) GUIMARAES,

MARTÍNEZ-CACHERO LASECA, (2008), BARROS & COSTA (2010), SANTOMÉ, (2006), GUEDES, (2010), que fueron de fundamental importância para contribuir a nuestras reflexiones y contribuyeron a la comprensión de la importancia de las prácticas supervisadas en español. Por lo tanto, esperamos esclarecer algunos de los principales desafíos encontrados al momento de la intervención y buscar señalar caminos posibles para una enseñanza efectiva y reconocida a nivel nacional.

Palabras clave: Práticas Supervisadas; Formação de Profesores de Español; Desafios.

1 INTRODUÇÃO

O Estágio acadêmico supervisionado é o momento em que um profissional tem a oportunidade de pôr em prática os conhecimentos adquiridos durante um curso. Este é um momento importante e necessário na vida acadêmica, pois é nesse período que o docente tem a possibilidade de utilizar as estratégias orientadas pelo professor responsável pelo componente curricular. Desta forma o Curso de Letras Da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I - Campina Grande - PB, com habilitação em Letras Espanhol, possibilita aos estudantes através dos estágios supervisionados a oportunidade de compartilhar metodologias educacionais nas aulas de língua espanhola em escolas públicas e privadas que ofertam esta disciplina. Este trabalho tem como objetivo analisar os desafios existentes a partir do estágio supervisionado II.

É importante essa fase de estágio durante o período em que estamos em formação, pois é essencial a preparação do estudante para que ele se sinta mais seguro e preparado para esse novo desafio que é unir a teoria com a prática, e desenvolver competências e habilidades. O estágio é obrigatório e de acordo com a Lei nº 11.788, faz parte da carga horária do curso, e deve ser acompanhado pelo professor orientador da instituição de ensino e pelo supervisor que receberá o estagiário.

Durante este processo de estágio se inicia um novo momento na vida acadêmica, onde teremos o contato com os alunos, ao termos esse contato conseguimos a oportunidade de saber se realmente é isso que almejamos para nossa vida profissional. Os estágios foram etapas vividas com muita responsabilidade e compromisso, porque nesta experiência tivemos alguns desafios como professores de língua estrangeira E/LE em formação, desafios que nos fizeram ver que estamos no caminho certo e desejamos cada dia mais sermos pessoas melhores e profissionais comprometidos com o que acreditamos. Compartilhar conhecimento é o ato de troca de informações e aprendizado entre a comunidade na qual estamos inseridos.

Para ter um bom estágio supervisionado é necessário unir a teoria com a prática fazendo relação entre as duas fases, tendo em conta que a formação do docente requer uma articulação e um processo de construção, para que o estudante/aluno de línguas se desenvolva de maneira satisfatória, inserindo diversos estudos metodológicos necessários para o processo de ensino-aprendizagem.

Diante do exposto o presente artigo tem como objetivo de investigação a importância e as dificuldades do estágio na formação do aluno de letras espanhol: a distância entre a teoria e a prática. Para a pesquisa do objeto, buscará resposta à seguinte pergunta - problema: Quais são as dificuldades e desafios enfrentados pelos graduandos letras espanhol durante o processo de formação?

Nosso trabalho se justifica devido à necessidade de mostrar que estágio supervisionado é uma etapa vivida pelo profissional em formação, neste caso o estudante e futuro professor,

que terá a oportunidade de desempenhar o seu papel com mais segurança e capacidade de contribuir com o aprendizado de muitos outros alunos/estudantes. Assim, levando em consideração a importância dessa fase do preparo para tornar-se professor é fundamental para o ser humano que saiba vivenciar essa experiência durante todos esses processos de estágios.

Este trabalho é relevante, pois através dessa investigação poderemos contribuir com os professores em fase de formação, para que quando chegar o momento de estagiar já esteja consciente das responsabilidades atribuída a todos os estagiários, e que possam refletir nas dificuldades e desafios enfrentado pelos graduandos do curso letras espanhol, durante o processo de formação, obtendo assim maior compreensão e segurança no campo escolhido. Assim como afirma Carvalho, (2011):

Acreditamos que é a partir do Estágio que o aluno mantém contato com a realidade de atividades profissionais que irá exercer. É o local. Onde desenvolverá seu processo de formação e construção docente. É o período onde o estudante conhecerá a realidade da profissão, seus desafios e obstáculos. É o momento onde o aluno irá vivenciar a profissão docente e construirá suas próprias perspectivas e reflexões sobre atividade profissional do magistério. (CARVALHO, 2011,p.3,).

Dentro da perspectiva de que o saber adquirido nos estágios é enriquecedor, e é uma experiência única que todo profissional em formação precisa passar a fim de ampliar seus conhecimentos e que através dos diálogos com os alunos, e por meio do contato que se tem com a sala de aula ficaremos mais experientes e familiarizados com o ambiente de trabalho.

Levando em consideração que são nos estágios que podemos superar nossos medos e colocar em prática o que temos estudados na graduação, esse trabalho se faz de extrema importância, pois possibilita entender quais são as dificuldades e desafios enfrentados pelo graduando de letra espanhol durante o processo de formação. É a partir desse conhecimento que buscaremos possíveis soluções a fim de superar essas dificuldades e enfrentar esses desafios.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos precedido desta introdução, marco teórico onde abordaremos de forma geral sobre as leis do Brasil que regem Estágio Supervisionado (ES) e a importância do estágio supervisionado na formação docente, como também falaremos um pouco sobre os estágios supervisionados na Universidade Estadual da Paraíba UEPB e faremos um breve resumo da situação do Espanhol na Paraíba e por fim abordaremos o ensino de espanhol no Brasil, a trajetória que foi trilhada pelo espanhol e algumas batalhas vividas historicamente para ser reconhecido no currículo nacional.

No capítulo 3 e os subcapítulos 3.1 e 3.2, exibiremos de uma maneira resumida algumas dificuldades enfrentadas durante o estágio supervisionado na UEPB e as contribuições dos estágios para formação docente dos graduandos. Finalmente, passada essa fase iremos falar sobre a conclusão do tema proposto neste trabalho. Por fim, traremos as referências utilizadas durante todo este trabalho.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 O Ensino de Espanhol no Brasil

A trajetória trilhada pelo espanhol no Brasil, não foi nem está sendo fácil, apesar de muitas batalhas ganhas, há outras que ainda estão sendo lutadas, o contexto histórico do espanhol no país pelo fato histórico cultural foi bastante conturbado até ser oficializado e integrado no currículo nacional. Para começar a entender a como se deu a ordem cronológica que antecederam os registros da Língua espanhola em nosso país, e que surgiu há mais de cem anos, numa época em que acontecia uma numerosa imigração europeia.

Citamos Fernandez (2005, p. 18) que mostra como se deu os primeiros contatos com o Espanhol e quantos imigrados fazem parte dessa porcentagem em terras brasileiras: “[...] mais de quatro milhões de imigrantes, dos quais 12% eram espanhóis [...] ocuparam as terras das regiões Sul e Sudeste em consequência das graves crises econômicas que acometiam a Espanha desde meados do século XIX”.

Porém o costume espanhol foi mais forte no nosso país, mais do que a respectiva língua espanhola, tornando a cultura dessa gente mais visível em relação ao desfavorecimento linguístico pelo motivo da língua espanhola ser similar a língua portuguesa, e diversas palavras possuírem a mesma definição. Desse modo, estabelecendo espaços favoráveis para o ensinamento de outra língua estrangeira, como o inglês.

Posteriormente, no século XX, foi instaurado o Ensino de língua espanhola no Brasil, que contou como precursor nesse processo o Colégio Pedro II.

A inclusão do ensino de espanhol no sistema educativo brasileiro tem início em 1919, com a abertura de concurso para a cadeira de espanhol no Colégio de Pedro II, em decorrência do aumento de subvenção para a criação da cadeira, aprovado pela Lei 3.674, de 7 de janeiro de 1919. (GUIMARÃES, p.02.)

A instituição de ensino denominada como Colégio Pedro II, era considerada uma escola modelo em todo país, tendo em vista um ótimo currículo, também excelentes livros adotados e programas de ensino. Considerado desde que houve a reforma em de 1915, através do Decreto 11.530, que os títulos de conclusão de estudos que fizessem parte de outros estabelecimentos de ensinos, só possuiriam validação legal, incluindo os estudantes que ingressariam no ensino superior, se os referentes estabelecimentos assemelha-se ao Colégio Pedro II, e por fim tivessem sido inspecionados pelo Conselho Superior de Ensino.

Em março de 1920, a disciplina de Língua espanhola teve seu primeiro professor que foi Antenor Nascentes, que, além disso, publicou o livro Gramático da Língua Espanhola, da Companhia Editora Nacional, considerada a primeira gramática de espanhol lançada no Brasil, proporcionando o contato com esse idioma pela primeira vez no país.

No século XX, já existia outros movimentos envolvendo Línguas Estrangeiras no Brasil além das atividades do Colégio Pedro II, específico, com as instituições de educação estadunidenses de características religiosas, que se alojaram nas capitais brasileiras do Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, entre outras e, devido a numerosos imigrantes alemães, italianos, poloneses, ucranianos, que fixaram residência no sul do país, e assim “fundaram escolas baseadas no seu idioma, dando lugar à criação [...] das primeiras escolas bilíngues que contaram inicialmente com o apoio do governo brasileiro” (MARTÍNEZ-CACHERO LASECA, 2008, p. 52).

Mas o panorama para o Ensino de Língua Espanhola no plano de educação brasileira começou a enfraquecer por diversos fatores, no qual incluímos o fator político-administrativo envolvido nessa época, que fez com que fosse afetado a sua permanência e diminuir o crescimento metodológico no Brasil a partir de 1930:

Com a chegada ao poder de Getúlio Vargas em 1930, o Brasil inicia uma campanha de nacionalização da educação, conhecida como Reforma Francisco de Campos (Ministro de Educação desde 1930), a qual, como era previsível, afetou especialmente tanto as escolas de imigrantes como o ensino de línguas estrangeiras. Em um contexto de extremo nacionalismo, foram fechadas escolas criadas pelos imigrantes ou foram convertidas em escolas públicas. No que diz respeito ao ensino de idiomas, chegou-se a proibir o mesmo aos menores de quatorze anos e se levou a cabo uma forte repressão do ensino bilíngue, com destruição de material didático e prisão de professores (MARTÍNEZ-CACHERO LASECA, 2008, p. 52).

Com a Administração do Governo Vargas, o Brasil perde na realidade a competência bilíngue que essas instituições possibilitavam além de destruir a classe docente valorativo para ensino de outras línguas, como prováveis privilégios do “Método Direto Intuitivo” e outras exigências determinadas pela gestão Federal a partir de 1930:

Os principais Decretos para a adoção dessas medidas foram: Decreto nº 20.833 de 1931: pelo qual se eliminam os postos de professores catedráticos de francês, inglês e alemão do Colégio Pedro II e se implanta o denominado “Método Direto Intuitivo” consistente em ensinar a língua estrangeira na própria língua estrangeira; Decreto nº 406 de 1938: no qual se declarava que todo material utilizado na escola elementar deveria ser elaborado em português; que todos os professores e diretores de escola tinham que ser brasileiros natos; se proibia a circulação de qualquer material em língua estrangeira no âmbito rural e se proibia o ensino de línguas estrangeiras aos menores de 14 anos; Decreto nº 1.545 de 1939: instruíam os secretários estaduais de educação a construir e manter escolas em áreas de colonização estrangeira; a estimular o patriotismo dos estudantes; a fiscalizar o ensino de línguas estrangeiras; a intensificar o ensino de geografia e história do Brasil; e, finalmente, proibia o uso de línguas estrangeiras em assembleias e reuniões públicas; Decreto nº 3.580 de 1941: proibia a importação de livros de texto de língua estrangeira para o ensino elementar e estabelecia sua produção em território nacional (MARTÍNEZCACHERO LASECA, 2008, p. 53).

Podemos perceber que os decretos aludidos possuíram efeito destrutivo quanto ao Método Direto Indutivo dos institutos de línguas na época, pela diminuição das horas dessas aulas e a ausência de professores formados nos âmbitos de línguas. Desta forma, “o escasso número de horas destinado ao Espanhol fez com que ocupasse um papel de pouquíssima relevância no contexto educativo brasileiro” (MARTÍNEZ-CACHERO LASECA, 2008, p. 53).

Em seguida, no ano de 1942, o ministro Gustavo Capanema, constituía a “Lei orgânica do ensino secundário”, por intermédio do Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril, a conhecida “A Reforma de Capanema”. Com esse decreto houve a divisão do Ensino de Línguas em duas etapas que se apresentam: “o Ginásio ou primeiro ciclo (quatro anos) e o Colegial ou segundo ciclo (três anos). No Colegial havia duas opções: o curso Científico (formação em ciências) e o Clássico (formação intelectual)” (MARTÍNEZ-CACHERO LASECA, 2008, p. 54).

Como descrito, afirmamos que, de acordo com os autores, a organização de ensino estava estruturada com base na divisão principal dos dois ciclos de ensino, o que futuramente, não se estabeleceu por questões econômicas e culturais.

Atualmente no Brasil, assim como no mundo, em relação ao ensino de Língua Estrangeira, se produziu certa dependência econômica e cultural dos Estados Unidos com muito profunda, caracterizada a partir da “Reforma de Capanema” como pioneira implantação do ensino das línguas clássicas e novas ao currículo:

Reforma Capanema deve ser considerada como uma primeira tentativa de introduzir as línguas estrangeiras no currículo brasileiro, destinando um total de 35 horas ao ensino de idiomas (clássicos e modernos), o que representava 19,6% de todo o currículo. Também tentou introduzir métodos avançados no ensino das línguas modernas. Entretanto, em seus vinte anos de duração não lograram os objetivos marcados, ficando o mencionado ensino reduzido à “leia e traduza” (MARTÍNEZCACHERO LASECA, 2008, p. 54).

Desta maneira, a Reforma Capanema, ainda que seja um avanço para a integração das línguas estrangeiras no currículo do país, as mudanças no ensino e modificações relevantes na

carga horária e na metodologia de ensino aprendizagem, não são capazes para conceituar ensino do idioma.

Quando foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional– LDB, N°: 4.024, de 20 de dezembro de 1961, não existiu nenhuma alusão citando o Ensino de Língua Estrangeira. Todavia, expressamos em Barros & Costa (2010) a resolução em que a LDB autoriza aos Estados brasileiros à oferta do ensino de Língua estrangeira a responsabilidade dos Conselhos Estaduais de Educação (CEE), a partir disso deixa de ser obrigatório no sistema nacional de ensino.

Assim sendo, cabem aos estados as medidas a serem tomadas, com autoridade de instituírem o ensino de LE como sendo uma cadeira obrigatória ou optativa em seus currículos educacionais. Enfim, podemos deduzir baseado na afirmação de Barros & Costa (2010), ainda que a LDB tenha transformado o decreto de 1942, o Espanhol mesmo assim, não alcançou um espaço importante para ser lecionado nas escolas do país:

O espanhol foi entre as três línguas modernas obrigatórias – ao lado do francês e do inglês –, aquela que desfrutou do menor poder de adesão na estrutura curricular desse período, devido a sua presença praticamente simbólica nos cursos Clássico e Científico (contando com apenas um ano de estudo) e ao pouco tempo de que dispôs para poder se consolidar nesse nível de ensino (BARROS; COSTA, 2010, p. 17)

Em 1971, com a lei já ampliada conseguimos nova reforma para a educação, com a promulgação da Lei 5.692, de 11 de agosto, nomeada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a nomenclatura de ensino de 1º e 2º graus. Não possuindo modificações significativas diante do ensino de LE.

Posteriormente, com essa alteração da LDB em 1996, conforme Guimarães (2011) após compromissos acordados com a união do comércio entre países sul-americanos, a língua deve ser ministrada nas instituições públicas e privadas do Brasil, sendo obrigatório no ensino fundamental e no ensino médio como uma optativa.

O Brasil passou a manter tratados firmados com países vizinhos hispanófonos. Em 1991, foi promulgado o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado MERCOSUL), através do Decreto nº 350 de 21 de novembro (BRASIL, 1991). Em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi promulgada a nova LDB, que vigora atualmente. A nova LDB preceitua a obrigatoriedade de ensino de uma língua estrangeira moderna no ensino fundamental (antigo 1º grau) a partir da 5ª série. No ensino médio (antigo 2º grau), uma língua estrangeira moderna deve ser escolhida pela comunidade escolar e uma segunda optativa. Dessa forma, não se altera a oferta das disciplinas estrangeiras nas escolas. As comunidades escolares escolhem a ou as línguas estrangeiras para o currículo da escola, sendo o inglês a língua mais ofertada (GUIMARÃES, 2011, p. 06).

Conforme informação acima, Com a criação do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) em 1991; com a chegada de algumas empresas espanholas no Brasil, países hispano-americanos começaram a fazer acordos com o país, estreitando os laços entre Brasil e Espanha. Logo com amplos investimentos de povos hispano falantes, foi essencial para as escolas de Língua Espanhola aprofundar, mesmo sendo uma cadeira optativa, em instituições públicas do Brasil.

Reafirmamos então, a presença do Espanhol anteriormente à Lei que o regulariza e destaca a indispensabilidade de assegurar o ensino mais eficiente nas escolas brasileiras, visto que a língua inglesa é compreendida como um idioma global e preferencial no currículo de ensino do Brasil.

O ensino da Língua Espanhola ainda ocorre de uma forma pouco satisfatória nas escolas públicas do país. Em 7 de julho de 2005, foi sancionada a lei de 3.987/00 designada como a “Lei do Espanhol” pela Câmara dos Deputados e logo em seguida alterada para a Lei Federal número 11.161 em 5 de agosto do mesmo ano, reconhecida pelo presidente da época Luiz Inácio Lula da Silva. Primordial para concretização do ensino de língua espanhola em instituições brasileiras.

Futuramente, a “Lei do Espanhol”, foi anulada na administração federal no governo Temer por meio de uma determinação provisória nº 746, em seguida alterada na Lei 13.415/17, que correspondeu a “Lei da Reforma do Ensino Médio” tornando o Espanhol simplesmente uma opção de língua estrangeira oferecida de maneira optativa.

Apesar de ser considerado um retrocesso essa revogação da Lei 11.161/2005, não se pode esquecer a relevância que teve para o ensino de espanhol em nossas escolas. No momento em que o ensino do espanhol nas escolas tem um importante papel na formação interdisciplinar dos estudantes, contribuindo para a construção da cidadania, promovendo a participação social do indivíduo, contribuindo para expansão dos conhecimentos e da compreensão do mundo em que habitam, dando a oportunidade de reflexão.

2.2 Breve resumo da situação do Espanhol na Paraíba

A história do ensino/aprendizagem da língua espanhola na Paraíba também sofreu altos e baixos no decorrer dos anos, com a revogação da lei 11.161, pelo presidente da época Michel Temer, foi gerado um momento de incertezas com o futuro do ensino da língua espanhola nas escolas do País, Na Paraíba a partir desse momento tenebroso um grupo de professores envolvidos com o ensino de espanhol no estado, resolveram lutar buscando transformar a realidade do que estava acontecendo, através da Associação de Professores do Estado da Paraíba (APEEPB), e começou uma incansável luta da associação, pois muitos estados do Brasil incluindo a Paraíba que não havia demonstrado interesse na oferta do idioma em sua rede estadual de ensino encontravam nessa norma jurídica uma base legal para excluir de seus currículos escolares.

Apesar de que essa medida provisória foi para retirar a oferta da Língua espanhola a partir de setembro de 2016, mesmo com essa medida a Secretaria Estadual de Educação da Paraíba manteve a disciplina em suas Diretrizes escolares para o exercício das escolas em 2017, publicado em dezembro de 2016. O estado não poderia excluir permanentemente o espanhol de seus currículos, pois até dezembro esse decreto não havia sido transformado em lei, assim, não era oficial a revogação da lei 11.161/2005 ou a aprovação da MP 746. Lamentavelmente, dois meses depois, exatamente em 18 de fevereiro de 2018, o Congresso Nacional transformou a Medida Provisória 746 na Lei Federal 13.415/2018 e ratificou a sugestão do presidente Temer ao revogar a Lei 11.161/2005.

Uma ação que reforçou a retomada do ensino da língua espanhola nas diretrizes operacionais do ano de 2017 foi o programa gira mundo, este programa surgiu no ano de 2015, na gestão do governador Ricardo Vieira Coutinho, sob a gestão da Secretaria de Estado da educação, com a Medida provisória nº 240, de 10 de dezembro do mesmo ano, este programa de Intercâmbio Internacional visa ofertar vagas no intercâmbio estudantil para estudantes do ensino médio da rede estadual de ensino. Em 2017 o governo da Paraíba firma relações com a Embaixada da Espanha no Brasil e publica o edital do Gira Mundo Espanha.

Porém mesmo com essa ação do governo do estado, a APEEPB, lutava através de sua diretoria para fortalecer o ensino da Língua espanhola nos municípios da Paraíba, assim foram criadas leis em alguns municípios obrigando o ensino do espanhol nas escolas.

Entretanto, a principal conquista da APEEPB foi à homologação da lei estadual 1509/2018 de responsabilidade do deputado Anísio Maia (PT), que obrigava o ensino da língua espanhola nos currículos escolares do estado da Paraíba, sendo optativa para os alunos da rede estadual. Apesar de essa lei ter sido aprovada, o Governador Ricardo Coutinho fez um veto, porém os deputados sancionaram a lei, destacando assim Oliveira.

El día 16 de julio el gobernador de la provincia de Paraíba veta por completo el PL 1509/2018. Según relato de profesores socios de la APEEPB, algunos alumnos de la carrera de grado cancelaron sus matrículas tras saber la decisión del gobernador, usando como justificativa el miedo de que no haya plazas para profesores de español en un futuro cercano. Después de tiempo, los diputados logran superar el veto del gobernador y aprobar la ley. Esta incluye en la red estatal de enseñanza la oferta obligatoria y matrícula facultativa la enseñanza de lengua española a los estudiantes de enseñanza media y de oferta facultativa para estudiantes del 12 fundamental con por lo menos una hora/clase semanal. (OLIVEIRA. 2019, p. 17).

Desta forma, a língua espanhola vem conquistando seu espaço no estado da Paraíba e no território brasileiro, porém ainda há muito a ser conquistado. Dessa forma vários municípios do estado da Paraíba a exemplo de Esperança, Campina Grande, Santa Rita, Santo André, Puxinanã, Montadas e Monteiro, já incluiu a Língua Espanhola no currículo do ensino fundamental II do ensino regular e na modalidade Educação de Jovens e Adultos EJA.

2.3 Um breve percurso histórico

O estágio supervisionado (ES), historicamente foi instituído no Brasil com a criação da Lei orgânica do Ensino Industrial, Decreto-Lei nº 4.073 em 1942, nesse período o estágio foi estabelecido como sendo “um período de trabalho” que era constituído por um discente em alguma indústria na presença de um orientador.

Art. 47. Consistirá o estágio em um período de trabalho, realizado por aluno, sob o controle da competente autoridade docente, em estabelecimento industrial. Parágrafo único. Articular-se-á a direção dos estabelecimentos de ensino com os estabelecimentos industriais cujo trabalho se relacione com os seus cursos, para o fim de assegurar aos alunos a possibilidade de realizar estágios, sejam estes ou não obrigatórios (BRASIL, 1942).

Apesar de fazer essa citação ao estágio, não se pode conceituar que essa lei o tenha regido. Naquele momento, o papel do estágio não cumpria norma educativa, pois não estabelecia legalização entre a escola e a empresa, sendo assim considerada uma atividade comum.

Somente em 1967, o estágio acadêmico foi instituído, quando foi sancionada a Portaria 1.002 de 29/09/1967, pelo Ministério do trabalho, onde tinha como objetivo a vinculação entre empresas e estagiários, determinando quais eram os direitos e as obrigações das empresas e estagiários.

Pimenta (2012), parte da hipótese de que o estágio supervisionado é classificado como “a parte mais prática”, se comparada às demais disciplinas do curso, intituladas como teóricas.

Desde a sanção da portaria, a classe de estagiários passa a ser incluída nas empresas por estudantes vindos das faculdades e até mesmo de escolas técnicas ou nível médio.

A portaria também estabeleceu que o estágio, teria que ser acordado em um contrato no qual deveria conter duração, carga horária, valor da bolsa, seguro contra acidentes pessoais, não havendo nenhum vínculo empregatício, encargos sociais, pagamentos de 13º salário ou férias. A portaria deu continuação à organização do estágio resultante do Decreto-Lei nº 4.073/42.

Em 1970 foi sancionado o Decreto n.º 66.546/70 Projeto de Integração, que designou a execução de programas de estágios práticos para que alunos de instituições de ensino superior regiões prioritárias, particularmente voltadas para estudantes dos cursos de administração, tecnologia, engenharia e economia, com o propósito de praticar em organizações pública ou privada, tem oportunidade de exercer as atividades próprias das suas especialidades.

A LDB, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) é a união de leis que regem a educação no Brasil, sendo consideradas as mais importantes leis da educação de nosso país, foi sancionada no dia 20 de dezembro de 1996 com o número 9394/96. Esta Lei também é conhecida como a Lei Darcy Ribeiro, homenageando este importante educador e político brasileiro um dos principais formuladores desta lei.

A LDB passou por várias mudanças antes de torna-se legislação e antes mesmo de ter seu texto final aprovado. A LDB é composta por 92 artigos que abordam diversos temas da educação brasileira, que vão desde o ensino infantil até o ensino superior.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabeleceu novos parâmetros para a formação profissional docente. O art. 82 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96 definiu que as instituições de ensino determinariam As diretrizes para realização de estágios dos estudantes matriculados no Ensino Médio ou superior em sua competência (Martins e Curi, 2019).

A Lei nº 5.692/71 (LDB), instalou as diretrizes e as bases da educação, constituiu a qualificação a toda escola secundária nacional (atualmente o ensino médio), deixando em evidência a indispensabilidade do estágio, como componente essencial na formação do educando.

Foram incluídas mudanças aprovadas pelas reformas de ensino e concentrada na Lei nº 5692/71. A Lei 5692/71 expõe as diretrizes norteadoras do desenvolvimento de professores. O artigo 30 fixa que:

Art. 30- Formação mínima para o exercício do magistério: no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries – Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério (HEM); no ensino de 1º grau, da 5ª à 8ª séries – Habilitação Específica de Grau Superior, ao nível de Graduação, representada por licenciatura de 1º grau, obtida em curso de curta duração; c) em todo o ensino de 1º e 2º graus – Habilitação Específica obtida em curso superior de graduação, correspondente à Licenciatura Plena.

Vale destacar que a Lei 5692/71 desenvolveu a elaboração de habilitação profissional específica, definindo a indispensabilidade do 2º grau profissionalizante. Essa direção profissionalizante proporcionou a aceitação de uma legislação específica para os estagiários no segundo grau.

Art. 6º As habilitações profissionais poderão ser realizadas em regime de cooperação com as empresas. Parágrafo único. O estágio não acarretará para as empresas nenhum vínculo de emprego, mesmo que se remunere o aluno estagiário, e suas obrigações serão apenas as especificadas no convênio feito com o estabelecimento.

Na mesma época acontece a normatização do estágio para discentes de ensino superior e de curso profissionalizante do 2º grau na instituição de serviço público federal, a partir da promulgação do Decreto nº 75.778, de 26 de maio de 1975.

A Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, foi a primeira lei que se desenvolveu de uma forma exclusiva e específica tratando do estágio e teve sua promulgação no final da

década de 70 “o estágio somente poderia verificar-se em unidades que tinham condições de proporcionar experiência prática na linha da formação do estagiário”. Essa Lei apenas entrou em vigência com o Decreto nº 87.497, em 18 de agosto de 1982, onde funcionou por mais de uma década sem nenhuma alteração.

Compreende-se que só no ano de 1977 o Estágio Curricular passou a ser regulamentado por legislação federal. Essa lei é integrada por oito artigos assumindo caráter formal, pois requer assinatura de compromisso entre o aluno e a empresa, com a presença obrigatória de um interventor da instituição de ensino.

A Lei Federal n.º 8859, de 23 de março de 1994, transformou os regimentos da Lei n.º 6494, de 7 de dezembro de 1977, favorecendo os estudantes da educação especial, concedendo a eles a garantia de participação em atividades de estágio.

Depois de três décadas de vigência, Lei 6.494/77 foi revogada, como também a Lei 8.859/94, com a homologação da Lei n.º 11.788 pelo Congresso Nacional, que passou a ter validade a partir do dia 25 de setembro de 2008, estabelecendo novas determinações para estágios e demonstrando uma concepção de estágio ao explicar:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Com base na Lei n.º 11.788 /08, o estágio supervisionado teve reconhecimento como ato educativo, e requer da escola e empresa oportunidade de trabalhar didaticamente com os estagiários, no que se refere ao planejamento e desenvolvimento, analisando os efeitos das atribuições por ele desenvolvidas.

Deste modo, as experiências vivenciadas por um estudante estagiário em sala de aula, são necessárias em sua carreira acadêmica, pois é nesse tempo que o docente tem a possibilidade de utilizar as estratégias orientadas pelo professor responsável pelo componente curricular na prática. Esse componente permite aos estudantes colocar em prática conteúdos teóricos já estudados e analisar e refletir sobre sua futura profissão.

2.4 A importância do estágio supervisionado na formação docente

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 9394/96, que tem como finalidade garantir à população o ingresso à educação gratuita e de qualidade, valorizando também os profissionais da educação, estabelecendo os deveres da União, do Estado e dos Municípios através da educação pública. Essa lei também trata da formação do docente, que deve cumprir as exigências mínimas para realizar a atividade de educador.

No decorrer dos anos tem se falado muito sobre o estágio supervisionado como um quesito fundamental para a formação do professor, pois através desse momento que o conhecimento adquirido em sala de aula com a teoria, poderá ser transformado em prática.

Essa fase de estágio durante o período em que estamos em formação, é essencial para a preparação do estudante com o objetivo que ele se sinta mais seguro e preparado para esse novo desafio, “teorização prática” e o desenvolvimento de competências e habilidades. De acordo com a Lei nº 11.788, faz parte da carga horária do curso, e deve ser acompanhado pelo professor orientador da instituição de ensino e por um supervisor que receberá esse estagiário. É de suma importância o entendimento, interlocução entre os envolvidos que são: estudante em formação, professor supervisor (titular que acolhe o estagiário em sala de aula) e professor

titular da instituição de formação. Através desse contato acontece uma troca de experiências e saberes, entre estagiários e professores, tornando significativas para ambas as partes.

Acreditamos que é a partir do Estágio que o aluno mantém contato com a realidade de atividades profissionais que irá exercer. É o local onde desenvolverá seu processo de formação e construção docente. É o período onde o estudante conhecerá a realidade da profissão, seus desafios e obstáculos. É o momento onde o aluno irá vivenciar a profissão docente e construirá suas próprias perspectivas e reflexões sobre atividade profissional do magistério. (CARVALHO, 2011, p. 3).

Nessa etapa do estágio o ensino de maneira oposta ao pensamento de alguns discentes é uma constante união entre a prática com a teoria e não se trata de uma descontinuação, pelo contrário é o começo da experiência como professor na busca incessante a fim de aperfeiçoar métodos precários em sua práxis docente. Portanto, entender que o estágio é um momento essencial para a formação do discente, nos propõe uma reflexão na nossa própria ação. Somos eternos aprendizes, nesse sentido compreendamos que:

O estágio não é a hora da prática! É a hora de começar a pensar na condição de professor na perspectiva de eterno aprendiz. É a hora de começar a vislumbrar a formação contínua como elemento de realimentação dessa reflexão (LIMA, 2001. p. 16).

Na sala de aula consideramos um fator primordial na fase de estágio, onde o docente em formação deixará de ser expectador e simples participante nas aulas da universidade, e começará atuar como o ator principal, neste momento passará a ocupar o espaço central, será protagonista de sua própria história.

Por meio do estágio, o estudante desenvolverá atividades para fazer uso de instrumento de análise científica, que permitirão ampliar sua visão acerca do objeto estudado. Segundo Pimenta 1994, (*apud* Lima, 2012, p. 29) “O estágio supervisionado pode ser conceituado como atividade teórica instrumentalizados da práxis” percebida como a teoria na prática humana transformadora da natureza e da comunidade. Não é suficiente ter o conhecimento e a interpretação do mundo teórico, é essencial transformá-lo na prática.

Pode-se afirmar que o estágio é o momento em que o estudante tem o espaço para desenvolver capacidades e habilidades como futuro professor de língua espanhola e poderá refletir acerca do caminho traçado, refletindo sobre as dificuldades e os desafios enfrentados enquanto estagiários no período de formação docente:

Em meio às dificuldades dos professores de E/LE desenvolver suas atividades de ensino adequado para suas aulas, faz-se necessário que antes de tudo eles próprios percebam o seu meio profissional, sendo conhecedores de sua realidade em sala de aula, assim como também dos métodos e recursos existentes, já que dentre os vários existentes, cada um propicia determinadas concepções de ensino-aprendizagem, a partir deste conhecimento, estes terão subsídios na escolha de métodos e recursos que realmente produzam o efeito desejado na prática docente. (GUERREIRO, 2013, p.02).

Segundo Guerreiro (2013), o professor/estagiário tem um desafio maior durante a caminhada do ensino de espanhol é exatamente a prática adquirida durante as aulas em sala de aula e com o diálogo com os alunos buscando ouvir a realidade de cada um, procurando melhorar profissionalmente, nesta busca, há que se considerar que é importante haver a troca de aprendizados e conhecimentos na relação entre professor e aluno, e é durante o estágio que é dado início a esse importante processo.

2.5 Os Estágios Supervisionados na UEPB

O Estágio Supervisionado na UEPB é regido pela Lei n.º 11.788, sancionada no em 25 de Setembro de 2008, e é estabelecida como sendo uma prática educativa supervisionada, produzida no ambiente de trabalho, com o objetivo de preparar o estudante para o exercício da função. Os estágios são parte da caminhada dos discentes, e também do projeto pedagógico dos cursos de licenciatura.

O regulamento dos cursos de graduação na UEPB trata como sendo relevantes os estágios, para que os estudantes possam conhecer na prática as competências e as habilidades profissionais, respaldado na junção entre teoria e prática. Portanto a Resolução nº 068/2015 afirma que:

Art. 47 O estágio na UEPB caracteriza-se como Componente Curricular que objetiva ao aprendizado de competências e habilidades profissionais, promovendo a contextualização curricular e articulação entre teoria e prática.

Os estágios supervisionados na UEPB, especialmente nos cursos de licenciatura são considerado obrigatório e realizado de preferência nos últimos períodos do curso, cumprindo carga horária definida nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) respeitando cada curso e obedecendo as normas dirigidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em vigência, considerando que o desempenho deste componente é fundamental para a formação do discente.

Art. 64 - O Estágio Supervisionado da Licenciatura é um Componente Curricular obrigatório nos Cursos de Formação de Docentes da Educação Básica, que objetiva a integração do conhecimento teórico à prática profissional, e deve acontecer, preferencialmente, nas unidades escolares das Redes Públicas Oficiais e espaços não escolares que atuem em atividades educacionais de ensino.

Por se tratar de um importante componente curricular, na UEPB o plano do curso de letras – Espanhol, consta uma maior carga horária nas disciplinas de estágios supervisionado se equiparmos as outras matérias que compõem o curso. A disciplina de Letras – Espanhol na Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, tem duração de 5 anos e conta com uma carga horária de 3260 horas como requisito para conclusão do curso, sendo 405 horas aplicadas para os estágios supervisionados I, II e III.

O estágio supervisionado na UEPB está dividido em três etapas sendo a primeira, da seguinte maneira; 105h de estágio supervisionado I, que é realizado quando o estudante está cursando o 6º período (integral) e no 7º período (noturno), tem como finalidade permitir aos estudantes conhecer a realidade da sala de aula, observando cada classe compartilhada pelo o professor titular da disciplina, tendo na prática a oportunidade de examinar o papel do professor, a atitude profissional, a metodologia compartilhada, o material utilizado, registrando as aulas e o desenvolvimentos delas. O estágio supervisionado II tem carga horária de 150h, e deve ser realizada durante o 7º período (integral) e no 8º período (noturno), com o objetivo de possibilitar aos docentes em formação, a oportunidade de ensinar, de preferência no ensino primário, e que nesse momento o docente terá que fazer um planejamento dos conteúdos que deseja desenvolver em sala, como também avaliar as atividades propostas para interação com a turma, para que através dessa interação se coloque em prática o processo de ensino aprendizagem. Por fim o estágio supervisionado III que dispõe de carga horária de 105h, deve ser praticadas durante o 8º período (integral) e 9º período (noturno), têm basicamente a mesma finalidade do estágio supervisionado II, sendo que os professores em formação devem realizar as aulas no ensino médio. Os futuros professores são avaliados pelo o professor da universidade, e por fim terão que elaborar um relatório final descrevendo sua vivência em sala de aula, teóricos estudados e como foi sua prática docente.

3. ALGUMAS DIFICULDADES AO LONGO DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS DE LETRAS ESPANHOL

Com a finalidade de descrever algumas das dificuldades vivenciadas ao longo do estágio supervisionado II, estágio que faz parte obrigatória do curso de letras espanhol na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), relato, em síntese, a experiência que vivenciei ao realizar o Estágio. Nos primeiros dias de faculdade, já estamos ansiosos para ministrar aulas e, por isso, ficamos concentrados nas explicações dos professores, nos dedicando ainda mais nas disciplinas pedagógicas. Nosso pensamento é que para ser um bom educador, você deve dominar todo conteúdo estudado durante o processo de graduação. Devido a o sistema precário de ensino em nosso país, fazemos críticas ao sistema público de educação, procuramos soluções para melhorar o ensino, e essa é nossa visão como estudante.

Quando conversamos com alguns colegas que já estavam lecionando, escutamos falando de suas experiências em sala de aula trazendo ao nosso conhecimento a realidade de suas aulas para a classe. Nesses momentos, estimulava a vontade de lecionar e sentirmos que de alguma forma poderíamos contribuir para uma possível melhoria. Dessa maneira iniciou-se o estágio II, como no primeiro, só seguimos a orientação da professora responsável e observávamos o comportamento do professor da disciplina e dos alunos, além de fazermos os registros relativos às aulas e à escola, percebemos algumas dificuldades, porém ainda não tínhamos experimentado na prática. Quando chegamos ao momento de estarmos em sala de aula não mais só como aluno, mas agora como estagiários empolgados para ministrar as aulas, começou com umas inquietações, como serão as aulas, como os alunos irão nos receber e como é a escola?. Todas essas indagações fazem parte de nossa ansiedade e ao mesmo tempo do desejo de iniciar essa nova etapa do curso. De início percebemos a desmotivação da professora responsável pela disciplina, que já chegava à sala de aula cansada, sem ânimo para motivar seus alunos, também percebemos a falta de material didático para as aulas de Língua Espanhola e de estrutura adequada. A falta de interesse dos alunos nas aulas também é possível perceber, isso nos deixou um pouco inquieta, e ao observarmos essa cena, pensamos em como poderíamos modificar esse quadro. Tornar as aulas motivadas nos fez repensar uma maneira de trazer os alunos para aquele ambiente, então foi trabalhado com eles uma canção do Cantor espanhol Antonio Orozco, a música LLEVATELO, depois de ouvi-la os alunos teriam que preencher os espaços com o modo imperativo afirmativo. A canção de Antonio Orozco foi uma inovação para o conteúdo e a metodologia que os estudantes vinham tendo com as aulas da professora titular, assim, talvez pudessem ficar atentos a esse método de ensino, sem fugir do conteúdo programado na sequência didática da professora.

3.1 A desmotivação por parte do professor titular da disciplina

A compreensão mais clara do termo, desmotivação significa contrário de motivação, falta de motivo, de fundamento ou ausência de incentivo.

Uma das questões que mais chama a atenção no sistema educativo, principalmente na rede pública, é a constatação de uma classe docente que não se sente realizada. “As palavras desmotivação, desmoralização e desilusão surgem sempre que alguém conversa com um grupo de docentes” (Santomé, 2006, p.35)

As causas para que ocorra a desmotivação que se conceitua no ambiente da atividade docente são variadas. No sistema de ensino aprendizagem, isso existe de uma forma muito forte, como evidencia Bzuneck (2001, p. 09), “a motivação ou motivo seria aquilo que move uma pessoa ou que a põe em ação ou a faz mudar o curso”.

Encontrar-se motivado é fundamental para continuar participando de uma forma positiva em sala de aula, de uma maneira que muitas oportunidades surgiriam como, o que

transmitiríamos aos alunos e com o que transmitiríamos influenciaria na motivação ou desmotivação dos estudantes. Pois, ser educador é uma das funções que mais teve aumento nas responsabilidades nos últimos períodos.

O docente além de lecionar matérias da área de sua competência, ainda tem outros desafios como lidar com diferentes programas, para os quais não está habilitado, se deparando com uma situação diferente daquela para qual foi graduado.

Dentre os fatores que contribuem, para intensificar a desmotivação desses profissionais, está à condição profissional, que muitas vezes produz angústias e dificuldades diariamente nos professores de língua espanhola, então é possível citar: a carga horária, a instabilidade em relação aos professores contratados, a baixa remuneração e as condições de trabalho em termos de (recursos materiais e humanos) a falta de material didático disponível nas escolas e a falta de reconhecimento por parte da sociedade em geral. Nesse sentido, a principal desmotivação da professora titular da disciplina era o excesso de turmas para ministrar aula com o objetivo de completar a sua carga horária..

De outra forma, a ausência de formação ou a formação insuficiente não permite aos educandos entender todos os planos do conhecimento, desse modo à necessidade de uma formação apropriada, com capacidade de satisfazer as particularidades que a profissão exige.

Por outro lado, a falta de preparação para esses professores dificulta o processo de formação, indispensável para essa nova modernização do conhecimento e da informação. O educador precisa estar em constante formação procurando se atualizar.

Bem como citado nos PCNs de língua estrangeira (1997, p.134) “Para suprir falhas porventura advindas de seu curso de graduação [...], o docente deve buscar aprimorar seus conhecimentos técnicos específicos, bem como atualizar-se em relação aos novos padrões didáticos e metodológicos”.

Dessa forma esse processo só tornará possível, através da participação desses profissionais em cursos de formação continuada para aperfeiçoamento técnico específico, buscando fazer com que as aulas de espanhol se tornem mais atrativas para os alunos, chamando sua atenção, tornando dinâmica e prazerosa essas aulas.

Os professores devem administrar a sua própria formação contínua, estudando, participando das manifestações e reflexões pedagógicas, trabalhar em equipe e trocar experiências para diferenciar o seu ensino, usar o trabalho coletivo dentro da escola e em serviço ao lado de seus pares, para melhorar a sua formação e o desempenho de seus alunos (GUEDES, 2010, p. 1.).

E é através desse conhecimento adquirido por meio da formação contínua e da troca de experiências que só é possível através do contato com outros colegas de profissão, que o educador obterá confiança e segurança em sala de aula, e colocará em prática os conhecimentos obtidos durante seu curso de graduação, e conhecimentos renovados, atualizado sem ser ultrapassado.

3.2 A falta de interesse dos alunos por não se tratar de sua língua materna, e por não ter contato frequentemente

Por mais que, estejamos vivendo em um momento que o uso e o avanço da tecnologia seja algo normal e que a aquisição dos mesmos para o ensino/aprendizagem esteja em evolução, não quer dizer que seja uma tarefa fácil à implementação de tecnologias em alguns contextos sem que levemos em conta algumas questões que envolvem tanto a realidade do professor como a do próprio aluno. Como sabíamos da existência de dificuldades em qualquer

disciplina, um fator que pode predominar para que houvesse ainda mais essa falta de interesse por parte dos alunos E/LE, é a princípio o contato com outra língua que não seja a sua língua materna, na qual o indivíduo está acostumado desde seu nascimento.

No ambiente escolar foi perceptível em relação às dificuldades enfrentadas pelos alunos no cotidiano escolar, devido às visões que são interdisciplinares. Foram importantes que em sala de aula os alunos executassem algumas tarefas de natureza cognitiva, que carecem de atenção, concentração, elaboração e processamento da informação, a fim de colocar em prática as competências gramaticais e competência comunicativa, para que aprendessem a própria cultura e a cultura de outros países. Foram essenciais para o ensino de outra língua aperfeiçoar e também inovar no processo de ensino aprendizagem desenvolvido em sala de aula, com o intuito de motivar os alunos para aprender esse novo idioma, e por consequência outra cultura.

Para nós professores estagiários de início é preciso se planejar, elaborar com antecedência um plano de aula, selecionar e preparar material didático além de apresentá-lo para nosso professor supervisor do estágio. Ao conversamos com a professora titular da disciplina preparamos um material que não fugisse do plano de aula que já tinha, e pensando nas dificuldades do aluno, planejamos aulas mais dinâmicas que traziam músicas em espanhol, filme para que os próprios alunos conhecessem a cultural de alguns países hispanohablantes, também levamos material como jogos com imagens para que os alunos interagissem com a língua de uma maneira mais lúdica, pois essa maneira que encontramos os tirou da rotina de uma aula monótona, despertando o desejo de que chegasse logo a próxima aula, cada dia que lecionamos era uma novidade positiva, muitas vezes por se tratar de uma língua desconhecida o estudante acaba se distraindo e não prestando atenção no conteúdo que está sendo estudado, mesmos os alunos desinteressados que conversavam o tempo todo, que deixavam de executar atividades e algumas vezes influenciavam outros alunos, mudaram seu comportamento sendo participativo nas classes.

Essas dificuldades e desafios enfrentados durante esse período de estágio, não contribuem somente para os alunos e sim para nós alunos estagiários, que encontramos na regência uma experiência enriquecedora. Através desse momento aprendemos a elaborar atividades para que os alunos sejam auxiliados de uma maneira mais participativa e significativa. Além disso, percebemos que a teoria, o que aprendemos dentro dos muros da universidade está distante da realidade na qual só podemos vivenciar através do contato com os alunos dentro de sala de aula.

Portanto nossa visão para a escola o ensino aprendizagem de E/LE, para os educadores e educandos modificou-se: devemos aprender na prática unindo a teoria com a realidade das escolas e alunos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso teve como motivação alguns desafios vivenciados durante o período de Estágio Supervisionado, e que resultaram nos objetivos deste artigo, o qual corresponde à importância do estágio na formação do aluno de letras espanhol: a distância entre a teoria e a prática. Para realizar o trabalho, optamos por destacar algumas experiências vivenciadas no Estágio II de intervenção de aulas no Ensino Fundamental. Através de leituras de alguns teóricos e das experiências de estagiar e do contato com os alunos temos a possibilidade de pensar e refletir sobre as atribuições do professor de Língua Espanhola em sala de aula, na vida de cada estudante e também no âmbito acadêmico, fazendo com que essa temática seja ampliada para as discussões nas perspectivas da formação pessoal e profissional.

O estágio em si já é um momento desafiador para o futuro professor de língua espanhola, pois essa fase não garante uma eficácia em suas aulas por se tratar de um tempo muito limitado para ministrar essas classes e descobrir qual o melhor método a ser ensinado. Outro fator desafiador para esse profissional, podemos citar a necessidade de recursos didáticos disponível para que essas aulas sejam atrativas e chamativas com intuito de motivar a turma a participar das aulas de espanhol, esses fatores são importantes para se considerar na prática docente em sala de aula.

Percebemos a necessidade a cada dia de melhorias nas condições de universidades e escolas para que o estágio supervisionado se torne capaz de possibilitar ao aluno estagiário do espanhol a evolução adequada de suas aulas com mais dinamismo, tomando em consideração a realidade encontrada no âmbito educacional, incluindo o ambiente escolar e a realidade educacional de cada aluno.

Constitui-se, portanto, como um desafio e também uma exigência para professores e alunos trabalhar a língua espanhola com mais entusiasmo para que haja uma construção e reconstrução de saberes com o objetivo de transformar as dificuldades e desafios que envolvem essa língua estrangeira em oportunidades para cada aluno, contribuindo efetivamente para desenvolver a cidadania por meio da educação.

Reiterando a importância de identificar essas dificuldades e esses desafios vivenciados pelos graduando de letras espanhol, sugere-se a realização de novas pesquisas abordando essa temática, que permita desenvolver mais discussões teóricas, a fim de fortalecer o potencial das aulas e atribuição socioeducacional do professor de LE.

Concluimos que ao retornar do estágio muitos alunos têm um olhar diferente daquelas que tinham antes ao chegar, e isso é válido, pois permitiu ao professor em formação a oportunidade de observar, refletir e repensar sobre as ideias que possuía que já estivesse interiorizada sobre a escola e sobre o professor. Nesse momento, ainda proporcionou aos estagiários reflexões sobre o papel do professor dentro de sala de aula, na vida do estudante, ou no ambiente da escola, em um ponto de vista significativo para sua formação pessoal e profissional. Além de aprender sobre outros métodos a serem utilizados em sala, rever as estratégias que não deram certo, considerar sobre o planejamento, e observar a ligação que se constrói do educador com a turma, também se questionar e aprender a se posicionar quando houver os momentos de indisciplina e superar essa fase vivida enquanto docente.

REFERÊNCIAS

BARROS, Cristiano Silva de; COSTA, Elzimar Goettenauer de Marins. **Coleção Explorando O Ensino Espanhol**. Volume 16, Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica, Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação-Cultura e Desporto**. Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio Língua Portuguesa e Língua Espanhola, 1997.

BZUNECK, José Aloyseo. **A motivação do aluno: Aspectos Introdutórios**. In: BORUCHOVITCH, Evely; BZUNECK, José Aloyseo. *A motivação do aluno: Contribuições da Psicologia Contemporânea*. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2001.

CARVALHO, Michelle Barroso de Oliveira, LIMA, Maria do Socorro Lucena, **Aprendendo e Construindo a Docência: Estágio na sala de aula**. Universidade Federal do Ceará, 2011. (artigo) Disponível em; <https://www.repositoriobib.ufc.br/> acesso em: 22 de novembro de 2022.

Considerações acerca da Legislação de Estágio no Brasil, de Marla Barreto: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2847/1/PDF%20-%20Marlla%20Emanuella%20Barreto%20Pinto.pdf>

FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. **El Español en Brasil**. In: SEDYCIAS, João. (Org.). *O Ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro*. São Paulo: Parábola Editorial, p. 18-24, 2005.

GUEDES, Flora. **É aprendendo que se ensina**. Disponível em: <http://www.editorapositivo.com.br/> . Acesso em: 23 de novembro, 2022.

GUERREIRO, Solano da Silva. **As Dificuldades Enfrentadas Por Professores No Ensino De Espanhol Como Língua Estrangeira – E/LE**. Anais do SILEL. Volume 3, N 1. Uberlândia: EDUFU, 2013.

GUIMARÃES, Anselmo. **História Do Ensino De Espanhol No Brasil**. Scientia Plena vol. 7, Cristóvão- Se, Brasil, 2011.

Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil, de Irineu Mario Colombo e Carmen Mazepa Ballão: <http://www.scielo.br/pdf/er/n53/11.pdf>

LIMA, Maria Socorro Lucena. **A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado**. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

MATOS, de Alves Alexandre Victor. RODRIGUES, Viola Roseli. **Estágio Supervisionado e suas Implicações na Formação Humana e Técnica**. http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_dtec_artigo_victor_alexandre_alves_de_matos.pdf

MARTÍNEZ-CACHERO LASECA, Álvaro. **O Ensino Do Espanhol No Sistema Educativo Brasileiro**. La enseñanza del español en el sistema educativo brasileño. Edição bilingüe. Tradução de Elaine Elmar Alves Rodrigues. Brasília: Thesaurus, 2008.

MARTINS, P. B.; CURI, E. **Estágio Curricular Supervisionado: uma retrospectiva histórica na legislação brasileira (Supervised Internship: a historical retrospective on Brazilian legislation)**. Revista Eletrônica de Educação, [S. l.], v. 13, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2471>. Acesso em: 5 mar. 2023.

MELLO, Raquel de. **Dificuldades e possibilidades relatadas no estágio supervisionado em ciências**. Realeza-RS: 2015. Disponível em; <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2678> Acesso em: 21 Fev. 2023

MOROSOV, Ivete. MARTINEZ, Juliana Zeggio. **A Didática do ensino e a avaliação da aprendizagem em língua estrangeira**. Curitiba: Ibpeex, 2008.

OLIVEIRA, M. J. M. **Estágio de intervenção: análise das experiências do estágio em língua espanhola**. 2022. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Espanhol) - Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro, 2022. [Artigo] Disponível em; <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/25907>. Acesso em: 21 de fev. 2023.

OLIVEIRA, José Felipe Jorge de. **El retorno de la lengua española a la provincia de Paraíba: la importancia de la APEEPB**. Campina Grande: [s.n], 2019. Disponível em; <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/21299> Acesso em: 19 fev. 2023.

PIMENTA, S.G. (org.). **O estágio e a docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOMÉ, Jurjo Torres (2006). **A desmotivação dos professores**. Mangualde: Edições Pedago, Ltda.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. Lei nº 068/2015. Resolução de Estágio na UEPB. Campina Grande, 2015. Disponível em: <https://proreitorias.uepb.edu.br/prograd/resolucao-de-estagio-na-uepb/>. Acesso em: 23 de novembro de 2022 .

A G R A D E C I M E N T O S

Em primeiro lugar, dedico a Deus essa conquista tão importante em minha vida. É a concretização de um sonho realizado com muito esforço e resiliência em meio às dificuldades da vida.

Dedico a minha família, especialmente às minhas filhas Milene Samila e Márcia Mirelly, por serem bênçãos em minha vida e aguentar meus estresses, me apoiando e me motivando quando estava desanimada e prestes a desistir de tudo. Dedico a minha amiga e cunhada Natane Daiana e meu irmão João Neto, que sempre foram um porto seguro onde eu ia me refugiar quando estava triste e decepcionada.

Dedico a minha irmã Sayonara (*in memoriam*) quem eu amo e sinto muita falta, sempre foi minha amiga, parceira, confidente e a maior motivadora dessa conquista e onde ela estiver sei que estará feliz por mim.

Agradeço a todos os meus colegas e amigos do curso de Letras - Espanhol, Emanuele Dias, Emília Raissa, Gleice Kelly, Katia Cristina, Kelvin Almeida, Lívia Alves, Nieli Feitosa, Maria Aparecida, Millena de Assis, Raquel Fernanda, Ricardo Barbosa. Agradeço pelo companheirismo e por sempre caminhar juntos comigo nessa trajetória.

Em especial agradeço Amanda Araújo, Fernanda Vitor, Islania e Narayane, cada uma com seu jeitinho particular, sempre que precisei estavam lá puxando minha orelha e mostrando que não devemos desistir no primeiro obstáculo encontrado, obrigada Meninas.

A todos os professores que tivemos ao longo desses anos e que de alguma forma contribuíram para minha formação acadêmica.

Por fim, e não menos importante, ao meu orientador Alessandro Giordano, por sua paciência, seus conselhos, seus ensinamentos, seu tempo dedicado a mim sempre que solicitei. Muito obrigada, Deus te abençoe. Também agradeço aos professores Kaio César e Thales Lamonier, que sempre foram tão gentis comigo e muito prestativos quando solicitei sua ajuda.